

Incorporações de empresas: como deve ser tratado o goodwill?

Por [IFRSBrasil](#)

Segundo o [CPC 15 \(IFRS 3\) – Combinações de negócios](#), todas as combinações de negócio devem ser contabilizadas pelo método da compra, ou seja, sempre existe um comprador, não existindo a figura da “fusão pura”. Assim, quando uma empresa adquire outra surge a demonstração separada da investida. Na demonstração separada da investida os ativos e passivos identificáveis são reconhecidos pelo seu valor justo. A diferença entre o valor justo dos ativos/passivos e o valor contábil dos ativos/passivos é denominada mais valia, já a diferença entre o valor justo dos ativos/passivos e o custo do investimento é o *goodwill*, que está representando ativos/passivos não identificáveis, como sinergia. Vamos apresentar um exemplo simples:

Segue o Balanço Patrimonial contábil e o Balanço Patrimonial ao valor justo de uma adquirida:

	Valor contábil	Valor justo
Ativo	300	350
Caixa	100	100
Estoque	50	50
Imobilizado	150	200
Passivo + PL	300	350
Empréstimos	100	80
Provisões	50	100
Capital	150	150
Ajuste mais valia		20
Imobilizado		50
Empréstimos		20
Provisões		(50)
Mais valia		20

Agora, suponhamos uma situação ainda bem simples, onde uma investidora adquire 100% do capital desta investida por \$170 (valor justo do ativo líquido da adquirida; Capital + Ajuste mais valia). Posteriormente a aquisição, a investida é incorporada, Vale ressaltar, que não existe regulamentação pelas IFRSs para operações societárias de empresas sob controle comum. O seguinte balanço passaria a ser o individual pós incorporação

	<u>Pré incorporação</u>		<u>Pós incorporação</u>
	Investidor	Investida	Investidor
Ativo	870	350	1,050
Caixa	200	100	300
Estoque	200	50	250
Investimento	170		0
Imobilizado	300	200	500
Passivo + PL	870	350	1,050
Empréstimos	270	80	350
Provisões	0	100	100
Capital	600	150	600
Ajuste mais valia		20	
Imobilizado		50	
Empréstimos		20	

Como podemos ver, a ausência de *goodwill* fez com que a incorporação seja de simples contabilização, onde o investimento é substituído pelos ativos/passivos ao valor justo. Contudo, agora, vamos alterar o custo da aquisição, o investidor agora paga \$200, surgindo um *goodwill* de \$ 30 (\$200 - \$170). Neste caso, o *goodwill* deve ser mantido, contudo, testado por meio do teste de impairment. Agora, como continuar o contabilizando é algo de extrema complexidade (a baixa integral não nos parece correto na maioria das situações). Vamos exemplificar esta situação:

	<u>Pré incorporação</u>		<u>Pós incorporação</u>
	Investidor	Investida	Investidor
Ativo	900	350	1,080
Caixa	200	100	300
Estoque	200	50	250
Investimento	200		0
Goodwill			30
Imobilizado	300	200	500
Passivo + PL	900	350	1,080
Empréstimos	300	80	380
Provisões	0	100	100
Capital	600	150	600
Ajuste mais valia		20	
Imobilizado		50	

Caso a incorporação seja feita na investida, ou seja, a investida incorpora a investidora, não altera a contabilização do *goodwill*. Agora, vale lembrar que incorporação reversa não é igual a aquisição reversa. De acordo com o CPC 15, em muitas das aquisições reversas, a entidade adquirente é considerada a adquirente, como quando empresas muito maiores que a investidora são

adquiridas por uma empresa significativamente menor. Na prática, muitas operações societárias são realizadas por meio da constituição de uma empresa veículo (SPE). Assim, a adquirente cria um SPE e transfere os recursos para aquisição da adquirente. Vamos supor o mesmo exemplo anterior (com *goodwill*).

	Pré incorporação		Investida incorporada	SPE incorporada
	SPE	Investida		
Ativo	200	350	380	350
Caixa	0	100	100	100
Estoque	0	50	50	50
Investimento	200		0	0
Goodwill			30	0
Imobilizado	0	200	200	200
Passivo + PL	200	350	380	350
Empréstimos	0	80	80	80
Provisões	0	100	100	100
Capital	200	150	200	170
Ajuste mais valia		20		
Imobilizado		50		
Empréstimos		20		
Provisões		(50)		

No caso em que a SPE seja incorporada pela controlada (incorporação reversa), o *goodwill*, normalmente, deve ser baixado, apenas eventuais benefícios resultantes do *goodwill* como vantagens tributárias devem permanecer reconhecidos. Nas situações inversas, ou seja, quando a SPE incorpora a controlada, a SPE perde a característica de “veículo”. Desta maneira o *goodwill* deveria continuar reconhecido. A lógica dos tratamentos está suportada pela chamada *pushdown accounting*, não aceita formalmente pelas IFRSs, mas permitida em algumas jurisdições.